

Relatório Descritivo

Identificação

Categoria: Inovação em Gestão Estadual

Título da iniciativa: **Gestão de Ordem Pública Local**

Instituição: Polícia Militar do Estado de São Paulo

Nome do responsável: Marcelo Jorge Franciscon (Major PM)

Nomes dos membros da equipe: Wagner Dimas Alves Pereira (Ten Cel PM); Laerte Araquém Fidélis Dias (Cap PM), Jonas Paro Barreto (1º Ten PM); Jamil Torquato de Melo (Sd PM), Felipe Costa Giorlano (Sd PM)

Problema Enfrentado ou oportunidade percebida

Entre 2011 e 2012, a tradicional Praça do Largo da Igreja Matriz da Freguesia do Ó, referência cultural e turística e ponto da gastronomia na cidade de São Paulo, sofria com episódios de desordem urbana com manifestações violentas da multidão de jovens e adolescentes frequentadores do local. Influenciados pelo consumo do álcool e drogas, aglomeravam-se na praça para o baile de rua, em altíssimo som com músicas apelativas.

Os restaurantes, a vizinhança, a igreja, o trânsito local e a própria praça, foram impactados pelos distúrbios prejudiciais ao cotidiano da comunidade, desestimulando a frequência de famílias e motivando reportagens.

A Polícia Militar, incomodada com a situação, por meio do 18º Batalhão de Polícia Militar Metropolitano (18º BPM/M), tomou providências imediatas com ações convencionais de polícia ostensiva, implantando a Operação Tranquilidade Pública trazendo a paz ao local. Isso não seria o suficiente, então realizou um estudo prévio do impacto na ordem pública local e vislumbrou a necessidade de desenvolver um modelo de gestão operacional capaz de mobilizar outros órgãos públicos e representantes da sociedade para participarem juntos da solução definitiva do problema.

O citado estudo foi realizado e divulgado por meio de audiência pública promovida pelo Batalhão, participando as autoridades das Polícias Militar e Civil, da GCM, da Subprefeitura de Freguesia do Ó, da CET, e outros além de moradores, comerciantes, representantes de associações, assessores de parlamentares e imprensa local, sensibilizando a todos para interagirem na busca por soluções adequadas, de modo integrado e pró-ativo, desenvolvendo a comissão de gestão integrada com plano de trabalho para preservar a ordem pública e proteger o desenvolvimento sócio-econômico local.

Sob orientação dos conceitos de governança local, desenvolveu-se a Gestão de Ordem Pública Local, uma iniciativa que reúne ações integradas e correlacionadas envolvendo vários atores da sociedade civil e poder público na resolução de problemas locais.

Solução adotada

A Gestão de Ordem Pública Local (GOPL) adotada pelo 18º BPM/M como modelo de gestão operacional de polícia ostensiva, foi desenvolvido para ser aplicado nos diversos problemas de ordem pública, em diferentes localidades, envolvendo comunidades, sendo testado com sucesso na resolução do problema na Praça da Matriz enfrentado pela Polícia Militar em conjunto com outros órgãos públicos e a comunidade.

Os objetivos da iniciativa implementada visam melhorar a qualidade de vida, promover o bem comum e proteger pessoas na comunidade, reduzir o crime e desestimular ambientes propensos à desordem e violência. As atividades desenvolvidas seguiram o modelo proposto pelo Major PM Marcelo Jorge Franciscon, descrito no padrão abaixo:

1. Componentes da GOPL: - estudo de impacto na ordem pública; - plataforma de serviços públicos; - plataforma de responsabilidade social; - plataforma de gestão governamental.

2. Estudo de Impacto na Ordem Pública – EIOB (Fases de Execução):

- Fase Inicial: quando da ocorrência de impacto na ordem pública numa área (desde um logradouro até áreas maiores); faz-se análise preliminar e relatório prévio descrevendo os fatos, identificando a Área Impactada, os causadores, vítimas, as providências mitigadoras e/ou saneadoras, os órgãos competentes); - o Comando designa o Oficial PM Encarregado do EIOB, que recebe formalmente a designação.

- Fase de Elaboração: nomeia-se a Equipe Multidisciplinar de Polícias Militares responsáveis pelas pesquisas, análises e pareceres no campo do conhecimento policial militar e que assessorarão as tomadas de decisão; também nomeia-se a Equipe Multidisciplinar Civil convidando membros da sociedade civil e do poder público que serão responsáveis pelas pesquisas, análises e pareceres no campo do conhecimento humano e científico, e que assessorarão as tomadas de decisão das autoridades competentes ao longo de todo o processo da GOPL; - firmam-se as responsabilidades da Eq. Multidisc. PM dentre elas: aplicação das ferramentas de inteligência policial; outras aplicações e providências de polícia; - firmam-se as responsabilidades da Eq. Multidisc. Civil envolvendo estudos de especialistas, pesquisadores e acadêmicos voluntários e parceiros nas ciências de: Estudos Sociais, Sociologia, Geografia, Antropologia, Estatística, Arquitetura e Urbanismo, Assistência Social, Gestão Ambiental, Ciências Políticas, etc; - programam-se reuniões das Eq. Multidisc. para analisarem dados coletados na pesquisa e tomam conselho para emitir Pareceres Técnicos (com textos e imagens), encaminhados ao Oficial Encarregado do EIOB, juntando-os ao encarte do Estudo que tem: capa, qualificações, designação do encarregado, composição das Equipes Multidisciplinares, atas de reuniões dessas Equipes, e juntada de Pareceres Técnicos.

- Fase Conclusiva do Estudo (pelo Oficial Encarregado com apreciação do Comandante do Batalhão): - faz-se a análise e conclusão do EIOB pelo Oficial Encarregado; - realiza-se primeira *Audiência Pública* (exposição e apresentação pública do Estudo): faz-se a exposição às autoridades públicas e representantes da sociedade civil; visa instigar a participação da sociedade, a integração de órgãos públicos e a sensibilização de autoridades governamentais na busca da solução do problema; também visa obter legitimidade, reconhecimento público e dar visibilidade; - junta-se a Ata da primeira Audiência Pública ao EIOB; - são divulgadas e remetidas as publicações do Estudo (*finalidade: dar notícia a quem de direito e divulgá-lo aos membros da sociedade civil e do poder público*) para: o Comandante do Batalhão e os escalões superiores, os órgãos públicos competentes e as autoridades públicas cuja divulgação seja interessante ou oportuna, as entidades e os representantes da sociedade civil, a mídia, a promotoria de justiça, os meios acadêmicos e científicos.

3. Plataforma de Serviços Públicos (Fases de Execução):

- Fase de Implantação (Característica: *provocar ações integradas dos Serviços Públicos*): - após concluído o EIOB, o Comandante do Batalhão nomeia um Oficial PM como Gestor de Ordem Pública Local (ou Oficial Gestor), que coordenará as Fases de Execução das três Plataformas (de Serviços Públicos, de Responsabilidade Social e de Gestão Governamental); o Oficial Gestor desencadeará a *articulação e os contatos* com os representantes dos *órgãos públicos* que têm competência para sanear o problema estudado, e de representantes da *sociedade civil* que podem colaborar na mitigação do problema, sensibilizando-os e convidando-os para comporem o Comitê Local de Trabalho Integrado, específico para o caso; - programam-se visitas e contatos prévios do Oficial Gestor com órgãos públicos e sociedade civil, para composição e formalização do Comitê Local de Trabalho Integrado (CLTI) – tarefas iniciais: composição do Comitê, agendamento de reuniões e planejamento de atividades preliminares para alavancar os trabalhos (providenciar a logística, os serviços de apoio, etc); - o Oficial Gestor de Ordem Pública Local (ou Oficial Gestor) atuará em todas as atividades do Comitê: na articulação e mobilização, na coordenação de trabalhos e iniciativas conjuntas, no planejamento das ações integradas.

- Fase de Desenvolvimento (pelo Comitê Local de Trabalho Integrado - CLTI): - tomam-se providências de comum acordo entre os membros do Comitê Local para programar e a realizar as reuniões de trabalho; - compõe-se o Quadro Cronológico de Trabalho Integrado dos serviços públicos; - elabora-se o *Rol de Ações Operacionais dos Serviços Públicos*, de cada um dos órgãos competentes, mediante combinação entre os participantes; - são aproveitados os integrantes das Equipes Multidisciplinares para assessoramento técnico;

- nesta fase, elaboram-se o *Rol de Ações Operacionais* da PMESP (atividades de prevenção secundária na Área Impactada, próprias da Polícia Ostensiva, a ser previsto no Quadro Cronológico de Trabalho Integrado): - utilizam-se as Ferramentas de Inteligência Policial; - cumprem-se as Reuniões de Análise Crítica – Níveis I e II, em âmbito interno da PMESP; - elaboram-se o Plano de Policiamento Inteligente; - define-se a Área de Interesse da Segurança Pública (na Área Impactada); - atualizam-se os Cartões de Prioridade de Patrulhamento (sobre a Área Impactada); - direcionam-se os Programas de Policiamento; - são dadas as orientações específicas aos níveis gerenciais e de supervisão; - programam-se as Operações Policiais na Área Impactada, para saneamento do problema local estudado; - priorizam-se os atendimentos 190 - realização de Intervenções Policiais solicitadas pelo usuário na área impactada (contabilizadas para controle estatístico do Gestor de Ordem Pública Local - GOPL); - priorizam-se os atendimentos do Disk-denúncia (contabilizadas para controle estatístico do GOPL); - priorizam-se os atendimentos de diversas solicitações de policiamento: ofícios de autoridades, de órgãos públicos, de entidades, e solicitações do CONSEG e da comunidade.

- também, nesta fase, elaboram-se o *Rol de Ações Operacionais* dos demais Órgãos Públicos competentes (citação das atividades saneadoras na Área Impactada, próprias de cada Órgão que compõem o Comitê Local, a serem previstas no Quadro Cronológico de Trabalho Integrado); - elaboram-se o *Rol de Serviços e Atividades Mitigadoras* dos representantes da Sociedade Civil e dos causadores responsáveis pelos impactos na ordem pública, na Área Impactada (citação dos serviços e atividades mitigadoras na Área Impactada, próprias de cada representante ou responsável convidado pelo Comitê Local, a serem previstas no Quadro Cronológico de Trabalho Integrado); - registram-se as consignações no *Termo de Intenções e Compromisso* entre os componentes e convidados participantes do Comitê Local (a ser encartado no Quadro Cronológico de Trabalho Integrado);

- o Oficial Gestor acompanha a execução do Quadro Cronológico de Trabalho Integrado (assessorado tecnicamente pelas Equipes Multidisciplinares): - aplica-se o ciclo P-D-C-A (Planejar-Desenvolver-Corrigir-Avaliar/Aprender); - durante a execução do Quadro Cronológico de Trabalhos Integrados, cumpre-se a segunda *Audiência Pública*, para interface com a sociedade local, cujas informações servirão para ajustes e redirecionamento eficaz dos trabalhos integrados já em andamento; - providencia-se o relatório de Gestão de Ordem Pública Local - GOPL, com a conclusão das ações (total ou parcial, dentro dos prazos consignados) previstas no Quadro Cronológico de Trabalhos Integrados.

- Fase de Encerramento (pelo Comitê Local de Trabalho Integrado): - ao término do relatório de GOPL, realiza-se a última *Audiência Pública* convidando representantes da sociedade civil e dos órgãos públicos envolvidos e

autoridades representantes dos três poderes e do ministério público, das esferas de governo envolvidas na solução do problema local; - remetem-se as cópias do relatório de GOPL, anexando a Ata da última *Audiência Pública*, para: o Comandante de Batalhão e os escalões superiores, os órgãos públicos competentes e as autoridades públicas, as entidades e os representantes da sociedade civil, a mídia, a promotoria de justiça, os meios acadêmicos e científicos.

4. Plataforma de Responsabilidade Social (Fases de Execução):

- Fase de Implantação (o Oficial Gestor coordena a instalação da plataforma de ações integradas de responsabilidade social): - aproveitam-se as mesmas diretrizes da fase de implantação da Plataforma de Serviços Públicos, mas com foco nas Ações de Responsabilidade Social (compondo-se o Subgrupo de Ações de Responsabilidade Social, vinculado ao Comitê Local), por meio de atividades, programas e projetos do governo, dos órgãos públicos, e de ações de entidades e pessoas voluntárias da Sociedade Civil; - agregam-se nesta plataforma as atividades e serviços de prevenção primária, e de mobilização social, por ações coordenadas por cooperação (entre os órgãos públicos, na gestão de ações integradas) e por ações coordenadas por colaboração (entre o Poder Público e a Sociedade Civil, na gestão participativa) voltadas para:

- a) a promoção dos direitos humanos e em defesa da dignidade da pessoa humana;
- b) a promoção do bem estar comum, da qualidade de vida local e da cultura de paz;
- c) a preservação da ordem pública e a construção da paz social;
- d) o desestímulo a ambientes e fatores causadores de perturbação da tranquilidade e do sossego público;
- e) o desestímulo a ambientes e fatores causadores de conflitos sociais e de problemas locais que impactem a ordem pública;
- f) o fortalecimento e a participação comunitária dos organismos sociais (família, escola, igrejas e associações);
- g) a colaboração comunitária com o Poder Público melhorando as relações nos serviços públicos prestados à comunidade;
- h) a capacitação de pessoas voluntárias para prestarem serviços comunitários e de utilidade pública;
- i) a melhoria dos acessos das pessoas aos equipamentos e serviços públicos.

- Fase de Desenvolvimento (pelo Subgrupo de Ações de Responsabilidade Social, vinculado ao Comitê Local de Trabalho Integrado): - são tomadas providências pelo Oficial Gestor para programar as atividades do Subgrupo de Ações de Responsabilidade Social, aproveitando as reuniões de trabalho do Comitê Local; - elabora-se o Plano de Ações de Responsabilidade Social (com previsão do *Rol de Ações de Responsabilidade Social* que são as ações, projetos e programas dos órgãos públicos, das entidades e membros da sociedade civil, participantes, convidados e voluntários); - são aproveitados os integrantes das Equipes Multidisciplinares para assessoramento técnico;

- nesta fase, elabora-se o *Rol de Ações de Responsabilidade Social* da PMESP (coordenação de atividades de prevenção primária na Área Impactada previstas no Plano de Ações de Responsabilidade Social): - aplica-se a Diretiva de Ações Complementares de Responsabilidade Social do GESPOL (Sistema de Gestão da PMESP), na instrução de Relatórios sobre Averiguação de Incidentes Administrativos (RAIA), e desenvolvimento dos programas educativos: Programa de Prevenção e Resistência às Drogas (PROERD), Programa *Jovens Construindo a Cidadania* (JCC) e Programa *Jovens Brasileiros em Ação* (JBA); - programam-se as ações e projetos de educação ambiental, de educação de trânsito, de palestras de exercício da cidadania, e de prevenção à vitimização; - desenvolvem-se as ações e projetos de bases comunitárias de segurança; - desenvolvem-se as ações de mobilização de segmentos comunitários, por meio de Consegs e capacitam-se voluntários como agentes comunitários em ações de apoio e mediação de conflito.

- elabora-se o *Rol de Ações de Responsabilidade Social* dos demais Órgãos Públicos participantes (citação das ações, projetos e programas para aplicação na Área Impactada, próprias de cada Órgão participante do Subgrupo de Responsabilidade Social, a serem previstas no Plano de Ações de Responsabilidade Social); - elabora-se o *Rol de Ações de Responsabilidade Social* das entidades e membros voluntários da Sociedade Civil e convidados participantes do Subgrupo de Responsabilidade Social para atuarem na Área Impactada (citação dos serviços e atividades mitigadoras na Área Impactada, a serem previstas no Plano de Ações de Responsabilidade Social); - firmam-se as consignações no *Termo de Intenções e Compromisso* entre os componentes e convidados participantes do Subgrupo de Responsabilidade Social (a ser encartado no Plano de Ações de Responsabilidade Social);

- o Oficial Gestor também acompanha a execução do Plano de Ações de Responsabilidade Social (assessorado tecnicamente pelas Equipes Multidisciplinares): - aplica-se o ciclo P-D-C-A (Planejar-Desenvolver-Corrigir-Avaliar/Aprender); - ajustam-se as ações com redirecionamento eficaz dos trabalhos em andamento; - confere-se a execução das ações planejadas pela Plataforma de Ações de Responsabilidade Social.

- *Fase de Encerramento* (pelo Subgrupo de Responsabilidade Social, vinculado ao Comitê Local de Trabalho Integrado): - realiza-se a última *Audiência Pública* (prevista na *Plataforma de Serviço Público*); - são relatadas as ações executadas pelo Subgrupo de Responsabilidade Social (no relatório do Oficial Gestor) para divulgação às autoridades e sociedade.

5. Plataforma de Gestão Governamental (Fases de Execução):

- *Fase de Implantação*: - aproveitam-se as mesmas diretrizes da fase de implantação da Plataforma de Serviço Público, sob foco na Gestão Governamental (ou gestão de responsabilidade político-governamental),

compondo-se o Subgrupo de Gestão Governamental, vinculado ao Comitê Local, visando promover o diálogo entre os gestores estratégicos, os agentes e autoridades de governo, autoridades políticas e representantes da sociedade, na busca do entrosamento dos programas, projetos, planos e políticas de governo, para a resolução do problema local, buscando a paz social, protegendo o desenvolvimento sócio-econômico da região estudada; - agregam-se nesta plataforma as atividades e programas de mobilização social, de participação entre Governo e Sociedade, com atuação de formadores de opinião e de atores sociais de expressão na sociedade e no governo, para articularem e sustentarem o diálogo democrático entre governo e sociedade; - buscar a sensibilização e comprometimento de todos em ações pró-ativas para o desenvolvimento sócio-econômico da Área Impactada, numa visão global, incrementando-se com ações coordenadas por cooperação e por colaboração;

- Fase de Desenvolvimento (pelo Subgrupo de Gestão Governamental, vinculado ao Comitê Local de Trabalho Integrado): - o Oficial Gestor verifica a programação das atividades do Subgrupo de Gestão Governamental, durante as reuniões de trabalho do Comitê Local; - elabora-se o Plano Estratégico de Gestão Governamental, tendo-se por pontos de partida, as ações estratégicas de: Equipes Multidisciplinares, as Audiências Públicas, os Comitês Locais de Trabalho Integrado (e de seus dois Subgrupos) e a mobilização dos atores sociais de expressão, de objetivos comuns, da democracia local, interessados na busca de soluções aos problemas na Área Impactada, que obstam o desenvolvimento sócio-econômico local; - devem-se aproveitar as oportunidades de diálogos e fóruns, agregando-se todos os participantes em apoio às ações integradas, em benefício da sociedade e instituições.

- Fase de Encerramento (pelo Subgrupo de Gestão Governamental, vinculado ao Comitê Local de Trabalho Integrado): - conferir as ações planejadas e executadas pelo Subgrupo de Gestão Governamental - relatar as atividades deste Subgrupo na última *Audiência Pública*, prevista na *Plataforma de Serviço Público* (constar no relatório de GOPL, do Oficial Gestor) para divulgação às autoridades e à sociedade.

Recursos necessários à GOPL - a seguir, cita-se o investimento de recursos necessários para a Gestão de Ordem Pública Local:

- recursos humanos: foram empenhados três Oficiais da PM e três gestores de órgãos municipais envolvidos, bem como o empenho de efetivos dos quadros operacionais de cada órgão participante, atuando em serviços de segurança pública, fiscalização e zeladoria municipal de modo contínuo; - recursos financeiros: não houve investimento nesta área; - recursos materiais: uso de viaturas policiais do Estado e utilização de materiais da Subprefeitura para zeladoria e manutenção básica da praça.

Houve dificuldades quanto à assiduidade e a permanência de representantes da sociedade civil ao longo dos trabalhos, pois os cidadãos voluntários, em

razão de seus compromissos diários de cunho pessoal e profissional, não conseguiam participar com a mesma assiduidade que os representantes do poder público, obviamente. Estes últimos se empenharam nas ações integradas, alcançando as soluções locais mais adequadas.

Informações acessíveis via Internet - quanto aos trabalhos desenvolvidos e resultados obtidos pela GOPL (Gestão de Ordem Pública Local), estes estão evidenciados nas seguintes referências:

Reportagens sobre as reuniões:

1. [A Gazeta da Zona Norte | 2516 matérias](http://www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=75&s...)
www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=75&s...Largo da Matriz, na Freguesia do Ó, foi um dos problemas ... Criada em abril, em audiência pública.
2. [A Gazeta da Zona Norte | 2511 matérias](http://www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=70&s...)
www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=70&s...Polícia Militar intensificou a vigilância no Largo da Matriz ... conserva o charme de uma típica praça de ...
3. [A Gazeta da Zona Norte | 2507 matérias](http://www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=66&s...)
www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=66&s... Problemas do Largo da Matriz da Freguesia do Ó ..., responsável pela segurança da área, convocou uma audiência pública no último dia 12/4...
4. [A Gazeta da Zona Norte | 2520 matérias](http://www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=79&s...)
www.gazetazn.com.br/index1.asp?bm=m&ed=79&s... Freguesia Desde abril, por iniciativa do 18º BPM-M, ... um grupo de representantes da comunidade
5. [Folha Noroeste](http://www.folhanoroeste.com.br/.../largo-da-matriz-ce-assunto-em-audice...) - www.folhanoroeste.com.br/.../largo-da-matriz-ce-assunto-em-audice... 18/06/2012 – Largo da Matriz é assunto em audiência pública ...

Alguns documentos correlacionados (segue relação dos documentos e links para download):

- 1- Apresentação Tranquilidade Resultados
http://www.4shared.com/file/7dKW7hsm/Apresentao_Tranquilidade_Resul.html
- 2- Formulário Moradores
http://www.4shared.com/file/Xy0dz42t/Formulrio_Moradores.html
- 3- Formulário Trabalho
http://www.4shared.com/file/tVUJ-2o9/Formulrio_Trabalho.html

Outras referências na internet:

- 1-“Desordem Pública na Praça da Matriz, na Freguesia do Ó. Reportagem da Gazeta” – (<http://youtu.be/Mx0W3u5Gbbg>)
- 2-“Mesas de bares irregulares na rua e calçada no Largo da Matriz da Freguesia do Ó - 2011/2012” – (<http://youtu.be/VFe2m0VhUXA>)
- 3-“Lixo dos consumidores de álcool na Matriz Freg Ó - 2011/2012” – (http://youtu.be/lru6_PAPEk0)
- 4-“Colaborador da preservação histórica na Matriz Freg Ó – 2011” – (<http://youtu.be/aTHTta9nvRI>)
- 5-“Audiência Pública na Matriz da Freguesia do Ó em 12/04/2012” –

(<http://youtu.be/380jAyviRxU>)

6-“Reunião da Comissão de Gestão Integrada – 10/05/2012” –

(<http://youtu.be/NLscKiPB84U>);

7-“Está em curso no Largo da Matriz e adjacências a Operação Tranquilidade Pública no Largo da Matriz - de quinta a domingo” - 15/07/2011 – ([Freguesia News - www.freguesianews.com.br/?opc=meio_geral&id_noti=330](http://www.freguesianews.com.br/?opc=meio_geral&id_noti=330))

8- “PM vigia Largo da [Freguesia](http://blogs.estadao.com.br/jt-seguranca/pm-vigia-largo-da-freguesia-do-o/) do Ó - Segurança - Jornal da Tarde (blogs.estadao.com.br/jt-seguranca/pm-vigia-largo-da-freguesia-do-o/ - 08/07/2011 –... A operação conta com ... 30 a 40 policiais por dia...);

9- “Operações da Polícia Militar recebem apoio da Subprefeitura ... (www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/.../freguesia.../noticias/?p...30/03/2012 – O Largo da Matriz sempre foi a menina dos olhos de ... moradores...);

10- “Largo da *Matriz* recebe *Operação Delegada* | [AutNews](http://autnews.com.br/largo-da-matriz-recebe-operacao-delegada/) (autnews.com.br/largo-da-matriz-recebe-operacao-delegada/ 28/03/2012...);

11- PDF/Adobe Acrobat - 30/04/2012 – ordem pública no largo da matriz...

[FN_edi_95 - Folha Noroeste](http://www.folhanoroeste.com.br/images/PDF/FN_edi_95_web.pdf) –

(www.folhanoroeste.com.br/images/PDF/FN_edi_95_web.pdf)

Características da iniciativa

Inovação –

O desenvolvimento de estratégias e atividades criativas frente ao contexto em que o trabalho está inserido está exposto nas soluções adotadas, onde se descreve o modelo da Gestão de Ordem Pública Local, contudo vale ressaltar as seguintes estratégias e atividades criativas: - aproximação a outros órgãos públicos e com a sociedade; - composição de grupos de trabalho ou comissões de gestão local e integrada; - divulgação e conscientização de todos por meio de audiência públicas e reuniões de trabalho conjunto;

Aspectos mais inovadores da iniciativa apresentada:

- 1) composição de equipes multidisciplinares aproveitando expertises e permitindo a participação de cidadãos voluntários colaborando com os trabalhos integrados;
- 2) promoção de ambiente de trabalho conjunto, integrando o poder público e a sociedade civil;
- 3) soluções de maior amplitude e com efeitos de maior durabilidade para os problemas locais de ordem pública, agregando e direcionando os esforços de responsabilidades dos serviços públicos, de responsabilidade social e de gestão governamental.

Replicabilidade –

Tem primordial importância para a multiplicação das experiências adquiridas ao longo do processo narrado, a participação das pessoas que compuseram as equipes multidisciplinares e que orientaram a condução dos trabalhos das subcomissões de: serviço público; responsabilidade social; e gestão governamental.

Essas pessoas adquiriram, ao longo do processo, o conhecimento necessário para poderem orientar outros a desenvolvê-lo, aplicando o modelo em qualquer localidade que enfrenta problemas localizados de ordem pública.

O modelo adotado permite total visibilidade pública inclusive na tomada de decisões e na adoção das medidas, o que valoriza a participação de todos os envolvidos. Este é um aspecto muito positivo, porque favorece sua implantação em qualquer localidade, podendo ser expandida sua aplicação para as diversas regiões do Estado.

Relevância –

O processo e os resultados da Gestão de Ordem Pública Local podem ser visualizados nas referências da internet anteriormente apontadas, evidenciando a relevância deste trabalho, que empregou as estratégias certas e as ações mais adequadas, desenvolvendo um ritmo de trabalho conjunto que obteve resultados efetivos em benefício da comunidade local, outrora afetada pelos impactos da desordem e violência. Agora, a comunidade teve reestabelecidos seu cotidiano e sua qualidade de vida, anteriores aos impactos.

Os cidadãos locais se sentiram fortalecidos graças ao envolvimento junto às autoridades públicas, participando como colaboradores na solução dos problemas locais, oportunidade em que todos os participantes, inclusive os servidores públicos, sentiram-se prestigiados, por serem respeitados e compreendidos no exercício de suas tarefas, inclusive nas ações dos agentes fiscais, cada um na sua área de atribuição, dentro do grupo de trabalho integrado, externando-se a maturidade alcançada na prática da cidadania.

Excelência no uso dos recursos públicos –

O modelo denominado Gestão de Ordem Pública Local foi desenvolvido para ser aplicado na busca de soluções conjuntas para diversos problemas de ordem pública envolvendo uma área e sua comunidade. No caso da Matriz da Freguesia do Ó, a implantação desse modelo foi bem sucedida, sendo os trabalhos bem conduzidos, empregando-se os recursos humanos e materiais nas ações integradas e sob o aspecto da sustentabilidade, não havendo investimento financeiro nas ações, além dos custos de rotina, de cada recurso empregado, e sob responsabilidade de cada órgão ou ente participante.

Efetividade dos resultados –

Os principais resultados alcançados foram: o fim das aglomerações desordenadas de jovens e adolescentes que consumiam álcool e drogas; o saneamento da situação dos comércios locais irregulares, com a proibição de colocação de mesas e cadeiras em ruas e calçadas na matriz, o estabelecimento de metas locais comuns e compartilhadas.

Os resultados com dados estatísticos e indicadores de sucesso estão evidenciados nas referências da internet anteriormente apontadas.

Desenvolvimento de parcerias Com outras entidades do setor público, social ou privado –

O trabalho da Gestão de Ordem Pública Local é essencialmente um trabalho que depende da participação de parceiros e colaboradores da Polícia Militar, por isso busca estimular a participação dos diferentes representantes do poder público e da sociedade, como: Polícia Civil, Guarda Civil Metropolitana, Subprefeitura de Freguesia do Ó, Sabesp, Eletropaulo, CET, Psiu, associações e igrejas, moradores e demais colaboradores voluntários.

Resumo da iniciativa

A Gestão de Ordem Pública Local (GOPL) é uma ferramenta de gestão operacional, aplicável pela Polícia Militar na resolução de problemas locais, sendo resultado do desdobramento evolutivo da gestão de polícia comunitária. Pode ser utilizada de forma localizada, mas pulverizada por todo o território estadual, desde o nível de base de segurança comunitária até o comando de policiamento de área. Busca integrar ações de prevenção primária envolvendo diferentes atores num cenário social localizado, propondo também um ambiente favorável ao desenvolvimento sócio-econômico (local e globalizado).

Quatro elementos compõem o processo da GOPL, abaixo descritos:

1- o *Estudo de Impacto na Ordem Pública* – realizado por Equipes Multidisciplinares, analisando determinada área impactada (desde um logradouro até áreas maiores), causas e responsabilidades, dimensionando efeitos e conseqüências, realizando Audiências Públicas e apontando soluções realizáveis em três *plataformas de ações integradas* (expostas abaixo), traduzidas em ações coordenadas por cooperação (entre os órgãos públicos) e por colaboração (na gestão participativa com a sociedade);

2- a *Plataforma de Serviço Público* – na composição de Comitês Locais de Trabalho Integrado, entre o Poder Público e a Sociedade Civil, promovendo-se o ciclo completo da atuação operacional de cada ente responsável pela prestação dos serviços públicos e serviços de interesse ou utilidade pública, na solução de problemas locais, e nesta plataforma, a Polícia Militar pode alocar suas diretivas de Gestão Operacional;

3- a *Plataforma de Responsabilidade Social* – na elaboração de plano de ação, agregando iniciativas, projetos e programas de responsabilidade social, de promoção dos direitos humanos e da cultura de paz nas comunidades locais, organizando ou articulando redes sociais, e desenvolvendo o multilateralismo nas boas práticas de mobilização social, pela gestão participativa, com ações de cooperação entre órgãos públicos e entes da Sociedade Civil, e, aqui a Polícia Militar aloca sua diretiva de ações complementares de responsabilidade social e outras ações de prevenção primária;

4- a *Plataforma de Gestão Governamental* – na promoção contínua e progressiva de diálogos entre as autoridades representantes das diferentes esferas de governo, na busca do entrosamento das ações e planos dos níveis estratégicos e políticos, buscando direcionamentos de esforços, recursos e apoios adequados à realidade local para solução dos problemas, tendo-se por pontos de partida, os seguintes instrumentos de aproximação e diálogo: as Equipes Multidisciplinares, as Audiências Públicas, os Comitês Locais de Trabalho Integrado e a mobilização dos atores sociais de expressão, de

objetivos comuns, da democracia local, interessados na busca de soluções aos problemas que estão impactando a ordem pública e obstando o desenvolvimento sócio-econômico.

Os objetivos gerais da GOPL são: aumentar a sensação de segurança, reduzir os índices criminais, melhorar a qualidade de vida e proteger o desenvolvimento sócio-econômico.

A aplicação da GOPL obteve resultados específicos na Praça da Matriz da Freguesia do Ó, quanto a:

- a violência e o crime:

1º) neutralizou os fenômenos sociais que impactavam a ordem pública e a paz social;

2º) fortaleceu a organização social e estimulou a participação dos organismos sociais;

3º) contribuiu na salvaguarda dos ambientes urbanos e de infraestrutura urbana;

4º) desestimulou as ilicitudes, de modo geral, e combateu as ilicitudes praticadas, segundo a intenção dos causadores.

- a melhoria da performance da polícia ostensiva e de preservação da ordem pública, pois:

1ª) otimizou o emprego de policiais nas atividades operacionais;

2ª) realçou a responsabilidade territorial do 18º BPM/M mediante ações de presença com o policiamento preventivo e comunitário na área, implantando a Operação Tranquilidade Pública;

3ª) dinamizou a prevenção primária, identificando incidentes administrativos, acionando os órgãos responsáveis e estimulando a participação cidadã, com ações coordenadas e implementadas pelo multilateralismo nas boas práticas de mobilização social localizada e de forma democrática na busca de soluções adequadas à realidade e aos problemas locais, neste caso, com ações integradas e pela colaboração dos outros órgãos públicos e da sociedade civil.